



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.^a SL

Aos 01 dias do mês de julho de 2015, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 265/XII e 267/XII, relativas às reuniões de 16 e 24 de junho de 2015
2. Apreciação e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 419/XII/2.^a (PS) – “Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo”
3. Apreciação e votação do Parecer, na generalidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.^a (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal”
– Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)
4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 133/XII/1.^a – “Solicitam que a Assembleia da República volte a discutir a necessidade de construção imediata do IC 35, no troço Penafiel-Entre-os-Rios, e a recomende ao Governo”
– Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)
5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 498/XII/4.^a – “Pretende a alteração de classes de portagens”
– Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1502/XII/4.^a (PCP) – “Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1236/XII/4.ª (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo”
8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1503/XII/4.ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias”
9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1030/XII/3.ª (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro”
10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais”
11. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu”
12. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.ª (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem”
13. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 265/XII e 267/XII, relativas às reuniões de 16 e 24 de junho de 2015



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Submetida a votação, a ata n.º 267/XII/4.ª, relativa à reunião de 24 de junho de 2015, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 419/XII/2.ª (PS) – “Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo”

Iniciada a discussão na especialidade, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), para referir que este projeto de lei tinha já tido uma ampla discussão e para se congratular com os consensos a que tinha sido possível chegar e que estavam na base da proposta de alteração de todo o texto que tinha sido apresentada em conjunto pelo PSD, PS e CDS-PP. Concluiu, propondo que, se não houvesse objeção, se fizesse uma só votação para todo o texto.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) concordou com a metodologia proposta e realçou o consenso conseguido e as soluções adotadas no texto apresentado.

Procedeu-se de seguida à votação na especialidade, a qual decorreu de acordo com o respetivo [relatório de votações](#).

3. Apreciação e votação do Parecer, na generalidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal”

– Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou de forma sucinta o parecer.

Submetidas a votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

**4. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 133/XII/1.ª –
“Solicitam que a Assembleia da República volte a discutir a necessidade
de construção imediata do IC 35, no troço Penafiel-Entre-os-Rios, e a
recomende ao Governo”**

– Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS), para apresentar o relatório final da petição em epígrafe.

Interveio o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD), para realçar a participação cívica em torno desta questão bem como a sua transversalidade. Lembrou que tinham já passado 15 anos desde a aprovação de uma resolução da Assembleia da República a recomendar esta construção com carácter de urgência imediata, e referiu que este processo estava na sua fase final, uma vez que estava previsto iniciar-se neste mês as obras dos primeiros 2 km, para o arranque deste troço. Concluiu, considerando oportuna, no momento em que se começam estas obras, a finalização desta petição.

Respondeu a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS), que realçou a falta de resposta do Governo ao pedido de informações enviado. Concluiu, afirmando que só depois de as obras estarem começadas acreditará no fim deste processo.

Submetido o relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

**5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 498/XII/4.ª –
“Pretende a alteração de classes de portagens”**

– Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi apresentado o relatório da petição n.º 498/XII/4.ª.

Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) para referir os bons resultados de uma petição anterior, sobre matéria relacionada com as classes de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

portagens aplicáveis aos motociclos, e solicitar que fosse retirada uma frase a respeito da falta de resposta do Governo a pedidos de informação, quando o relator tinha optado por não solicitar informações ao Governo a propósito desta petição.

Respondeu o Deputado relator, para referir que não se recordava de nos últimos 18 meses o Governo ter respondido a esses pedidos e aceder a retirar a frase em questão.

Submetido o relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1502/XII/4.ª (PCP) – “Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega”

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que apresentou o projeto de resolução em apreciação. Referiu que o então Governo do PS tinha suspenso esta linha, prometendo obras de requalificação que até ao momento não se tinham realizado. Realçou o facto de a região ser uma das mais pobres da União Europeia, sendo que as suas populações se veem agora com dificuldades acrescidas nas suas deslocações, uma vez que deixou de existir a alternativa rodoviária que foi criada aquando da suspensão desta linha e que, entretanto, foram também retirados os carris. O PCP propõe que seja garantido início da requalificação desta linha e que sejam adotadas as medidas necessárias para que a CP invista o valor arrecadado com a venda das automotoras ao Peru na requalificação de outras automotoras que possam ser utilizadas naquela linha.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS) e Paulo Cavaleiro (PSD).

Pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi lembrado que a empreitada de beneficiação desta linha que estava em curso em 2010 foi suspensa por pressão política do PSD em 2010, para viabilização do orçamento do Estado para 2011. Depois, continuou, no Plano Estratégico de Transportes apresentado pelo atual



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Governo, esta linha desaparece. Referiu também uma pergunta que dirigiu ao Governo sobre esta matéria em fevereiro de 2014, à qual não obteve ainda resposta. Fez referência a contactos estabelecidos entre os então presidentes das câmaras municipais de Amarante e de Marco de Canavezes e a REFER para solucionar este problema, avançando com soluções alternativas, nomeadamente a criação de uma ecopista, tendo estado na altura prevista a assinatura de um protocolo. Concluiu, afirmando que o PS estava recetivo à retoma destes trabalhos, ponderando as alternativas possíveis.

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) afirmou que era necessário perceber se havia sustentabilidade para toda a linha, sabendo-se que a linha do Tâmega era a mais cara de todas, sendo mais barato assegurar a acessibilidade por autocarro. Lembrou as dificuldades vividas pelo país e revelou abertura para discutir projetos com sustentabilidade, tendo concluído lembrando que o próprio líder do PS tem dado indicações públicas de que o PETI 3+ era para cumprir.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), para reiterar as suas afirmações sobre o diálogo entre os presidentes das câmaras municipais de Amarante e de Marco de Canavezes e a REFER para solucionar este problema mediante a assinatura de um protocolo, mediante o qual as câmaras municipais assumiam os custos dessa solução.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) afirmou que, para o PCP, a responsabilidade da situação que se vive nesta região é do PS, do PSD e do CDS-PP. Reiterou que o que o PCP pretendia, com esta iniciativa, era uma solução para estas populações, reabrindo e requalificando esta linha, mantendo o seu traçado e, inclusive, aproveitando o seu potencial turístico. Reiterou ainda a importância desta linha para a mobilidade das populações e as profundas dificuldades económicas que estas enfrentam. Concluiu, afirmando, que com o dinheiro que foi arrecadado pela venda das automotoras, o PCP propõe que se faça a requalificação de outras, não fechando a porta a outras soluções.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Numa segunda ronda de intervenções, tornaram a intervir os Senhores Deputados Paulo Cavaleiro (PSD), para realçar os termos resolutivos desta iniciativa e lembrar que o Governo aprovou recentemente legislação que permite que os municípios se organizem em termos de oferta de serviço público de transportes e passem a ter essa responsabilidade, e Diana Ferreira (PCP), para reafirmar que o PCP propõe que a requalificação se inicie até final de 2015 e não que esteja totalmente concluída até final do ano e responder que a proposta do PSD sobre a atuação dos municípios nesta área apenas realça a desresponsabilização do Governo quanto a estas matérias.

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1236/XII/4.ª (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo”

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PCP), que apresentou o projeto de resolução em causa, tendo realçado a necessidade de superar o atraso de desenvolvimento de que o Alentejo sofre. Deu conta da baixa densidade populacional da região e do facto de nos últimos 3 anos ter perdido 22 800 empregos. Frisou as potencialidades da região e os investimentos públicos de relevância que foram feitos, nomeadamente em Alqueva, no aeroporto de Beja e no porto de Sines, e o facto de não terem tido reflexo nas condições de vida das populações. Destacou também que havia um conjunto de investimentos económicos que o seu partido considerava dever ser prioritário, nos setores da agricultura e agroalimentar, dos recursos marítimos, dos recursos minerais e rochas ornamentais, da produção elétrica e energias renováveis, e da aeronáutica. Concluiu, fazendo menção às diversas propostas que constam da parte resolutiva desta iniciativa, em especial as de carácter prioritário, as de curto prazo de apoio à criação de uma base económica diversificada, e as relativas ao plano institucional.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Mário Magalhães (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS) e Mariana Mortágua (PS).

O Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) começou por afirmar que a coesão territorial era um problema nacional e que aquela era região do país que mais tinha evoluído em matéria de coesão. Referiu que o Alentejo tinha tido, ao longo dos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

tempos, um conjunto de investimentos muito importante (nomeadamente no Alqueva e na área da agricultura) e, apesar de ter uma situação difícil em termos de emprego, teve um maior investimento ao nível dos apoios do Instituto do Emprego e Formação Profissional do que outras regiões do país. Afirmou também que o problema da baixa densidade populacional era comum a outras áreas do país e que já tinham sido tomadas medidas específicas sobre essa matéria, havendo um plano, majorações e apoios específicos para essas áreas. Informou também que as obras no IP8 iriam iniciar-se no segundo semestre do ano em curso. Abordou a questão dos apoios na área da saúde, nomeadamente quanto à fixação de médicos no interior, que visa igualmente o reforço da coesão. Concluiu, reiterando que o Alentejo tinha sido, das regiões que integram as NUT 2, a que melhor tinha aproveitado os fundos comunitários.

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi afirmado que o seu grupo parlamentar não concordava com todos os pontos do projeto de resolução em discussão, pelo que iria abster-se na votação em Plenário. Referiu que o facto de se estar no fim da Legislatura e se recomendar ao Governo um plano que se pretende imediato tornava difícil a sua exequibilidade prática, mas tem a mais-valia de levantar os assuntos e problemas. Considerou o enunciado da iniciativa como vago e indeterminado, por enunciar mais do que propriamente debruçar-se sobre algumas matérias em concreto, mas referiu haver aspetos que são abordados, como a paralisação de importantes obras e a falta de estratégia para aproveitar investimentos importantes, que o seu grupo parlamentar considera serem relevantes.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou que o projeto de resolução fazia um diagnóstico importante e correto e que quem conhecia o Alentejo sabia bem as consequências da desertificação, que já se verificava também nas zonas mais urbanas, e que essa desertificação estava relacionada com o desinvestimento, com a falta de investimento nas redes de transportes, com a falta de obras rodoviárias, com a cada vez menor existência de serviços públicos e com as dificuldades que enfrentam os agricultores. Concluiu, considerando que esta iniciativa era um alerta importante e apontava medidas no sentido correto.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Ramos (PCP), para reiterar que o Alentejo era uma região complexa do ponto de vista social, com uma densidade populacional cinco vezes inferior à média nacional, representando quase um terço do território nacional. Quanto às questões da coesão, lembrou que o PSD tinha apresentado um projeto de resolução, quando estava na oposição, que tinha dado origem a uma resolução da Assembleia da República, para que fosse feito anualmente um relatório sobre o estado da coesão no país e que o PCP já por diversas vezes tinha solicitado esse relatório, sem que o tivesse recebido. Argumentou ainda que o PCP tinha apresentado projetos de resolução com o mesmo intuito relativos a diversas regiões do país. Referiu que o distrito de Beja não tinha um único itinerário principal a servir as populações; que, no que tocava ao apoio à fixação de médicos no interior, as autarquias é que eram chamadas a fornecer alojamento aos médicos; que a governação socialista também tinha responsabilidade nestas matérias, nomeadamente nas acessibilidades rodoviárias, uma vez que o Plano Rodoviário Nacional tinha 30 anos e estava por cumprir, bem como na situação do aeroporto de Beja. Finalmente, contestou o modelo económico associado ao Alqueva, que considerou não dinamizar a economia regional, e lembrou que quando este Governo decidiu os moldes de gestão da água do Alqueva o seu grupo parlamentar tinha apresentado uma proposta para aproximar os agricultores e regantes dessa gestão.

Interveio de novo o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) para afirmar que o Alentejo não estava a ser desertificado, apesar da baixa densidade populacional. Reiterou que o desemprego estava a baixar e que havia medidas de apoio para as áreas com baixa densidade populacional. Concluiu, esclarecendo que a periodicidade do relatório era bienal e não anual.

Respondeu o Senhor Deputado João Ramos (PCP) que o desemprego estava a baixar mas o emprego também estava a baixar e as pessoas estavam a sair porque não tinham oportunidades. Concluiu, afirmando que o problema era a distribuição da riqueza, pois não tinha dúvida que estava a ser produzida mais riqueza no Alentejo, mas esta não chegava às pessoas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1503/XII/4.ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias”

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do grupo parlamentar do PSD.

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1030/XII/3.ª (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro”

Usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que apresentou o projeto de resolução, lembrando que o encerramento desta linha tinha sido anunciado em 2011, o qual não aconteceu por contestação popular, no entanto, seguiu-se o desinvestimento na linha. Referiu os problemas estruturais da linha, com um traçado sinuoso, linha estreita, com material circulante desgastado e problemas nas passagens de nível, e lembrou que, devido a um acidente em 2013, o troço entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga ficou com a velocidade limitada a 10km/hora, o que implica que um percurso de 25km demore cerca de 3 horas a ser feito, o que não é compatível com a eficiência do transporte ferroviário. Defendeu que, para além da revitalização e eletrificação desta linha, era necessária uma extensão até à estação de Espinho, para fazer a ligação à linha do Norte. Argumentou que o PETI 3+ prevê um investimento de 3 milhões de euros, mas também prevê o encerramento de um troço específico da linha que permite uma ligação intermodal com o transporte rodoviário de Albergaria-a-Velha. Concluiu, afirmando que os problemas da linha do Vouga não se resolviam apenas com esta verba e reiterando os termos resolutivos desta iniciativa.

Usaram da palavra os Senhores Deputados António Cardoso (PS), Paulo Cavaleiro (PSD), e Diana Ferreira (PCP).

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) referiu que esta linha atravessa 6 vilas e 3 cidades e é muito importante para mobilidade das pessoas, nomeadamente para acesso às unidades industriais da zona. Afirmou que, para o PS, a opção pela ferrovia



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

deve ser prioritária e lembrou a moção aprovada por unanimidade, na Assembleia Metropolitana do Porto, sobre esta matéria. Concluiu, destacando a importância desta linha para o acesso ao hospital de Santa Maria da Feira e expressando concordância com esta iniciativa.

Pelo Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) foi lembrado que este tema não era novo e que a linha continuava a funcionar, embora com uma realidade ligeiramente diferente. Referiu que no PETI 3+ estava previsto um investimento, tendo sido já iniciadas obras, e que a linha tinha duas realidades: entre Aveiro e Águeda, onde estava garantida a rentabilidade da linha, apesar de ser necessário mais investimento, tal como reivindicado pela Comunidade Intermunicipal de Aveiro; e entre Espinho e Oliveira de Azeméis, sendo que entre esta localidade e Sernada do Vouga possivelmente não tem procura suficiente para que seja sustentada, tendo lembrado uma resolução aprovada por unanimidade que recomendava ao Governo que estudasse melhor a viabilidade desta linha. Informou também que, para este troço, a própria Área Metropolitana do Porto tinha desenvolvido um estudo no qual propunha que, sendo a CP Porto concessionada, este investimento fosse integrado na concessão e quem ficasse com ela ficaria obrigado a fazer esse investimento de eletrificação, resolver de alguns constrangimentos e potencializar esse equipamento. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar não concordava com o projeto de resolução porque este se referia a toda a linha e não era essa a lógica que o PSD defendia, e realçando o facto de a estação da linha do Vouga em Espinho não estar ligada à linha do Norte representar um problema.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) informou que o seu grupo parlamentar acompanhava o projeto de resolução, tendo defendido a requalificação e modernização da totalidade da linha, tendo em conta o seu peso significativo na mobilidade de vários concelhos do distrito de Aveiro. Referiu também que, aquando da realização das jornadas parlamentares do PCP em Aveiro, os Deputados deste grupo parlamentar teve oportunidade de constatar a necessidade que aquelas populações sentiam deste meio de transporte. Concluiu, referindo que o seu grupo parlamentar fez várias perguntas direitas ao Ministro da Economia sobre esta matéria, não tendo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

obtido resposta, o que considerou demonstrativo do interesse do Governo sobre esta questão.

Tornou a usar da palavra, para encerrar a discussão, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para argumentar que o BE considerava outras formas de investimento público que não apenas a concessão a privados e não se centrava unicamente nos troços com mais população, abrangendo toda uma rede integrada. Considerou haver uma clara distinção entre o que o BE entendia por serviço público e a ideia de se centrar apenas nos troços mais lucrativos e importantes, ficando a restante população sem serviço ferroviário.

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais”

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) notou que o tema não é novo e que é urgente e necessário o investimento nesta Linha de Cascais, que serve os Concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa e 80 mil utentes por dia.

Sublinhou que o comboio é prioritário devido às vantagens para o ambiente, social e a maior mobilidade.

Recordou que o desinvestimento e a realidade recente contrariam esta prioridade, com a redução de horários e das composições, discordando do Presidente da CP, e defendeu um reforço de comboios fora dos “horários de trabalho”, explicando.

Manifestou-se preocupada com a falta de manutenção do material circulante, causadora de alguns acidentes recentes. Concluiu propondo o investimento nesta linha e a não entrega a privados.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) manifestou concordância na aposta do investimento na requalificação da Linha de Cascais e dos transportes ferroviários suburbanos em geral.

Referiu-se aos aspetos específicos da Linha de Cascais, atendendo às características próprias: as composições não podem vir do resto do País ou da Península Ibérica, e a voltagem é diferente, o que para solucionar acarretaria diferentes catenárias, tudo um problema técnico por falta de investimento.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Considerou que as hipóteses em ponderação podem ser perigosas para a ferrovia, se tal for com a entrega a grupos económicos, que não farão a renovação do material circulante, a requalificação e o investimento necessário.

Notou que esta linha é das mais antigas e é lucrativa, e recordou a questão do papel das linhas férreas nas cidades e o debate na Câmara de Lisboa, criticando o afastamento das estações ferroviárias do centro da cidade, explicando.

Defendeu o transporte público com vantagens económicas, de segurança e de comodidade para os utilizadores.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) concordou com a reposição dos cortes feitos e quanto aos investimentos citou o programa do PS, referindo a continuação do previsto no PETI, Connecting Europe facilities e das candidaturas ao Plano Juncker – 2014/2020, com efeitos na Economia e no Emprego.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) analisou diferenciadamente a parte dos cortes e do investimento, e do seu financiamento.

Recordou que no anterior Governo a prioridade da Linha de Cascais também não se concretizou e perspetivou o investimento previsto pelo Governo no PETI e no Plano estratégico de transportes para as opções do investimento público, nomeadamente para esta linha considerada prioritária.

Referiu-se à diferenciação técnica da Linha de Cascais, enunciando as possibilidades de manutenção e reforço difíceis, ou de adaptação às características gerais.

Recordou a audição do Presidente da CP em relação a cortes e reduções, em que não houve prejuízo para os utilizadores, mas adaptabilidade.

Manifestou concordância com transportes públicos, mas sustentáveis, explicando.

Considerou que nestas zonas urbanas as Câmaras municipais também terão uma palavra em relação aos investimentos previstos no PETI.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) reiterou que o transporte público não deve servir apenas as horas de pico, e que mais oferta criará maior utilização do comboio. Quanto à reconversão técnica mais profunda a ser feita não discorda de investimento que seja feito para tal, interrogando-se sobre quem e como o farão,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

referindo-se, preocupada, ao caso da EMEF para a manutenção, discordando da entrega a uma única empresa privada, em monopólio.

- 11. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS)**
– “**Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu**”

A redação final foi fixada sem votos contra, nos termos regimentais, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

- 12. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.ª (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem”**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do grupo parlamentar do PSD.

13. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, para apreciação na especialidade, da Proposta de Lei n.º 336/XII/4.ª. A este propósito, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou uma metodologia de trabalho, sugerindo que fossem solicitados pareceres escritos a um conjunto de entidades, com prazo até ao dia 9 de julho, e prazo para apresentação de propostas de alteração à proposta de lei até dia 10 de julho, o que foi aceite pelos demais Deputados.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de julho de 2015.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 268/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Carlos São Martinho
Diana Ferreira
João Ramos
Mário Magalhães
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Altino Bessa
Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia
Luís Leite Ramos
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: